

USOS E ABUSOS DA HISTÓRIA *

*Maria de Lourdes Monaco Janotti ***
*José Miguel Arias Neto ****

Resumo. Democracia e autoritarismo perpassam o campo da política, adquirindo significados múltiplos no percurso histórico, como atestam inúmeros estudos sobre projetos políticos, instituições, culturas políticas e relações de poder, espaços concebidos como tensionais e conflituosos. Talvez, como pensam alguns, esses dois conceitos não sejam tão antagônicos como possam parecer de imediato, e mantenham relações dinâmicas e conflituosas de aproximações e afastamentos apenas em momentos particulares e específicos. Trata-se, **ao final**, de compreender duas dimensões do processo histórico: a experiência de construção de temporalidades que, embora não mais existam, podem possibilitar, pela experiência da diferença, uma interrogação sobre o presente.

Palavras chave: Democracia; Autoritarismo; Tempo presente.

USES AND ABUSES OF HISTORY

Abstract. Democracy and authoritarianism are inserted in politics and acquire several meanings during their historical trajectory, as the numberless studies on political projects, institutions, political cultures and power relationships, conceived as tensional and conflicting spaces, witness. Perhaps these two concepts are not so antagonistic as may be immediately surmised. In fact, they maintain dynamic and conflicting relationships, approximations and separations in specified moments. In fact, they are two dimensions of the same historical process: the experience of the building of temporalities which do not exist anymore but may make possible the interrogation of the present through the experience of difference.

Keywords: Democracy; Authoritarianism; Present time.

* Artigo recebido em 30/10/2011. Aprovado em 23/11/2011.

** Doutora em História. Professora do Departamento de História da USP, São Paulo, Brasil.

*** Doutor em História. Professor do Departamento de História da UEL, Londrina/PR, Brasil. E-mail: jneto@uel.br

USOS Y ABUSOS DE LA HISTORIA

Resumen. Democracia y Autoritarismo superan el campo de la Política, adquiriendo múltiples significados durante el transcurso histórico, como lo testifican innumerables estudios sobre proyectos políticos, instituciones, culturas políticas y relaciones de poder, concebidos como espacios de tensión y conflictos. Como piensan algunos, tal vez estos dos conceptos no sean tan antagónicos como puedan parecer de inmediato, manteniendo relaciones dinámicas y conflictivas, de aproximaciones y distanciamientos en momentos particulares y específicos. En definitiva, se trata de comprender dos dimensiones del proceso histórico: la experiencia de construcción de temporalidades que no existen, pero que pueden posibilitar un interrogante sobre el presente a partir de la experiencia de la diferencia.

Palabras clave: democracia; autoritarismo; Tiempo presente.

Em julho de 2011 ocorreu em São Paulo o XXVI Simpósio Nacional de História – *Comemorações* promovido pela Associação Nacional de História (ANPUH). No âmbito deste evento coordenamos o simpósio temático Democracia e Autoritarismo. Essa díade perpassa o campo da Política, adquirindo significados múltiplos no percurso histórico. Como o processo histórico se dá num determinado tempo, os acontecimentos, para terem inteligibilidade, devem ser analisados segundo parâmetros de sua própria historicidade. Este é o sentido a ser considerado na reflexão sobre Democracia e Autoritarismo. No fundo, trata-se de pensar relações de dominação e interdependência entre os poderes públicos e a sociedade. A constitucionalização dos direitos e das garantias fundamentais reconhecidos como inerentes ao homem foi possível após uma trajetória de lutas e conquistas da humanidade, principalmente nos três últimos séculos. As declarações de direitos, em sentido moderno, surgiram no século XVIII, com a Revolução Americana e a Revolução Francesa, respectivamente, com o Virginia Bill of Rights, de 1776, e a *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen*, de 1789. A independência dos Estados Unidos e as ideias revolucionárias francesas alcançaram outras revoluções europeias e movimentos de independência na América Espanhola e da América Portuguesa. A Primeira Guerra Mundial foi apontada pelos contemporâneos como grande alavanca da modernidade e do progresso, momento privilegiado em que se confrontaram o velho mundo do antigo autoritarismo e os tempos modernos do liberalismo. Os governos calcularam que as crises sociais internas seriam abafadas na luta

contra o inimigo, no entanto isso não aconteceu. Devido às fortes crises econômicas do Pós-Guerra, os movimentos socialistas e comunistas tomaram força e ameaçaram os governos liberais, fazendo emergir ao longo dos anos 20 e 30 do século XX diversas ditaduras, como as de Benito Mussolini na Itália (1922), Getúlio Vargas (1930) no Brasil, Antonio Oliveira Salazar em Portugal (1932), Adolf Hitler na Alemanha (1933) e Francisco Franco na Espanha (1939). De forma contraditória, tanto as democracias ocidentais como as ditaduras foram tidas como agentes modernizadores do Estado, uma vez que procuraram solucionar a questão social, assegurando direitos sociais a todos os cidadãos e trabalhadores. As relações entre Estado e sociedade no período do Pós-Guerra transformaram-se. A situação social dos expatriados, desempregados, soldados desmobilizados e de camponeses arruinados impunha aos Estados uma solução imediata. O Tratado de Versalhes fora extremamente rigoroso para com a Alemanha, o que se constituiu em grande pretexto para a propositura da política nacionalista e expansionista de Hitler, cuja decorrência foi a Segunda Guerra Mundial, tragédia de proporções indescritíveis. Somaram-se a todos os horrores do holocausto as violações dos direitos fundamentais cometidas pelos beligerantes. Posteriormente, assistiu-se à retomada da luta política pelos direitos humanos por meio de movimentos internacionais. Nas democracias ocidentais, no Pós-Guerra, o movimento político-jurídico consagrou a importância da inclusão das ideias democráticas nos novos diplomas constitucionais dos Estados. Não obstante, durante a *Guerra Fria* as potências democráticas reprimiram com requintes de sadismo e violência os movimentos de independência colonial ou movimentos socialistas na América do Sul, promovendo o aparecimento de diversas ditaduras militares nos países sob sua hegemonia. A repressão a qualquer manifestação contra o regime também se deu na totalitária URSS e na China. Após o fim da ditadura de Vargas, o caminho do Brasil para a condição de Estado Democrático foi extremamente dificultado pelo clima internacional da Guerra Fria e pelo estágio inicial de seu capitalismo. Após um breve período de democracia, sempre sob ameaça de golpes, o país caminhou inexoravelmente para a ditadura militar, que durou de 1964 até 1985. Só após esse período é que o país vem construindo – mesmo assim um tanto tortuosamente – um Estado Democrático de Direito. Assim, refletir sobre as conflituosas relações entre Democracia e Autoritarismo e suas múltiplas dimensões temporais é tarefa à qual o historiador não pode se furtar.

Como na Sessão por nós intitulada *Usos e abusos da História* foi objeto de destaque, aceitamos o gentil convite do Prof. Angelo Priori e resolvemos publicá-lo nesta conceituada Revista.

Assim, nesta mesa-redonda, Hélio Sochodolak, refletindo sobre os contextos do imediato pós-guerra franco-prussiana e pós-Comuna de Paris, parte da problemática de a vitória dos alemães seria ou não indicio de superioridade da cultura alemã em relação à francesa. O articulista indica que, além dos discursos hegemônicos referentes à Alemanha de fins do século XIX, outra forma possível de responder a esta questão aparece também no final do século XIX, na própria Alemanha: a crítica nietzschiana.

Margarida Maria Dias de Oliveira, por sua vez, tematiza a questão do lugar do ensino de História em relação à política nacional do livro escolar que tem sido adotada no Brasil. A articulista questiona se essa política tem contribuído para uma formação básica adequada, assegurando aos discentes o desenvolvimento de habilidades e potencialidades de maneira a construir leituras crítica e autônoma das realidades que os cercam? Tomando a disciplina História como exemplo, a autora se pergunta: a ausência de um currículo comum nesse componente curricular tem dificultado o aprendizado dos(as) alunos(as)? As mudanças conceituais no campo da ciência histórica ocorridas ao longo do século XX foram incorporadas à educação básica (Ensino Fundamental e Médio)? Nos livros escolares dessa disciplina, é possível identificar essas mudanças? Essas obras se pautam pela transmissão de conteúdos ou buscam contribuir para que os discentes aprendam a pensar historicamente? Por que persiste, ainda, grande divergência na concepção do que seja a História entre os profissionais da área e o senso comum? Qual a natureza do conhecimento produzido por um profissional de História? É possível construir conhecimento histórico na vivência escolar ou este processo é restrito à pesquisa acadêmica? Estas são algumas das questões que norteiam o texto aqui apresentado.

Joana Neves, por seu turno, discute as relações entre renovação educacional e desenvolvimento econômico nos anos de 1960. De acordo com essa articulista, em São Paulo, este período foi marcado pela implantação de diversos processos de renovação educacional e ao mesmo tempo nele se ultimava – agora em âmbito nacional - o processo de tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em ambos os casos o debate educacional era perpassado por questões políticas atinentes à perspectiva de redemocratização da sociedade brasileira, colocada pelo Pós-Guerra e pelo término da ditadura Vargas.

Seria plausível conceber articulações entre os dois tipos de processo, no entanto, ao contrário, o que se verificava eram discrepâncias. O texto de Joana Neves analisa essas discrepâncias visando discutir os conflitos que se estabeleceram entre a expectativa de fazer da educação um suporte para a modernização econômica e as concepções segundo as quais a educação deveria, antes de tudo, promover a inserção da maioria da população no processo de construção de uma sociedade democrática.

Finalmente, Rita de Cássia Lana discute traços de intolerância no ambiente institucional escolar e suas implicações na formação de cidadãos e na convivência plural democrática, valendo-se do conceito de *mimesis* e seus desdobramentos, buscando comparar a visão de alguns autores selecionados para evidenciar o engendramento do autoritarismo em uma dialética excludente.

Uma boa leitura a todos!

